

FRENTE EM DEFESA DA DEMOCRACIA - FDD

I FÓRUM EM DEFESA DA DEMOCRACIA

CARTA ABERTA

Aos nove dias do mês de julho do ano de 2016, no I Fórum em Defesa da Democracia reuniram-se em São Lourenço do Sul na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), representantes da sociedade civil, servidores públicos federais, estaduais e municipais, integrantes do coletivo feminista da FURG, do Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena NEABI FURG/SLS; mulheres do movimento negro, educadores e educadoras, estudantes e ativistas. O I Fórum em Defesa da Democracia de São Lourenço do Sul foi organizado pela Frente em Defesa da Democracia – FDD/FURG, composta por professores, técnicos e estudantes, e teve como objetivo dialogar acerca da conjuntura política e os retrocessos marcados sobre o Estado Democrático de Direito. A iniciativa da FDD oportunizou aos seus participantes momentos lúdicos, de formação política, bem como o debate acerca da percepção dos fatos que estão relacionados à vida da população de modo em geral.

O Fórum procurou abordar temas organizados em 5 eixos temáticos a saber: **Agricultura Familiar**, **Direitos Humanos**, **Educação**, **Meio Ambiente**, e **Saúde**. Ademais, elencam-se, a seguir, as demandas do I Fórum em Defesa da Democracia de São Lourenço do Sul, conforme atuação de cada Grupo de Trabalho.

GT AGRICULTURA FAMILIAR

Considerando a importância do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Agricultura Familiar no cenário nacional, a segurança alimentar e a produção de alimentos, exigimos a restauração imediata do MDA e todas as ações e políticas públicas vinculadas à essa pasta.

- No que tange ao Plano Safra, exigimos a garantido acesso dos agricultores a 100% do crédito alocado.

- No que tange ao PRONAF (Investimento e custeio), exigimos o estabelecimento da regionalização do zoneamento agrícola, de acordo com as especificidades de cada região. Bem como, promover a criação de política pública para inclusão daqueles agricultores que não conseguem acessar o programa.

- No que tange ao programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), exigimos garantir a implementação de novas chamadas públicas, bem como a manutenção das chamadas vigentes. Chamadas essas que atendem, no município cerca de 4.200 famílias.

- Exigimos a reintegração imediata da direção da ANATER

- Solicitamos o desenvolvimento e implementação de políticas públicas de acesso à terra, desburocratização do Crédito Fundiário, criação de linhas de crédito diferenciadas.

- Exigimos a implementação de uma Reforma Agrária ampla e irrestrita, que permita a fixação dos povos na terra, produção sustentável de alimentos, garantindo assim a soberania alimentar.

- Solicitamos a abertura de uma linha de crédito que objetive a repopulação do campo, a fim de contribuir com a manutenção dos povos em seus locais de origens, preservando sua cultura.

- Exigimos o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAAe do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

- Exigimos o fortalecimento de políticas públicas voltadas à organização de agricultores em cooperativas, associações, sindicatos e outras organizações sociais.

- No que tange a especificidade do município de São Lourenço do Sul e região, inseridos na zona fumageira do Rio Grande do Sul, solicitamos a Implementação imediata do Fundo Nacional para a diversificação à cultura do tabaco, a partir dos impostos incididos sobre a venda de cigarros.

- No que tange à Previdência Social, não aceitaremos qualquer retrocesso aos direitos conquistados até aqui, bem como solicitamos a manutenção das condições que impetram ao agricultor familiar a situação de assegurado especial.

GT DIREITOS HUMANOS

O Fórum entende os Direitos Humanos a partir do universo de possibilidades que este tema abarca, como o direito à vida e a liberdade das pessoas, independentemente de sua condição social, classe, etnia, gênero, religião, ou qualquer outra condição, levando em conta o respeito e a dignidade que devem ser considerados como valores fundamentais à garantia das individualidades. Desta forma considera urgentes os seguintes itens:

- Repúdio a saída do economista Paul Singer da Secretaria de Economia Solidária, bem como ao seu substituto, servidor da Polícia Civil, que nunca manteve qualquer envolvimento com o tema.

- Repúdio à proposta "escola sem partido", que fere as diretrizes e bases da Educação, minimizando ou excluindo as discussões de direitos humanos na educação brasileira.

- Valorização do povo negro de São Lourenço do Sul a partir do trabalho de resgate de suas histórias de luta e memórias, ocorrendo assim a valorização de sujeitos que são colocados a margem de nossa sociedade, permanecendo em trabalhos precários e subempregos.

- Repúdio ao desmonte da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), secretaria responsável pela criação de programas e políticas públicas para comunidades tradicionais, como as nove presentes em São Lourenço do Sul, a saber, Pescadores/as; quilombolas; ciganos/as; indígenas; agricultores familiares; benzedeadas; povos de terreiros; ribeirinhos; pecuaristas.

- Exigimos imediatamente a retomada da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), por entender que o desmonte do Ministério das Mulheres está no mesmo movimento da luta por direitos das mulheres no Brasil.

- Reiteramos o direito à saúde, às creches e ao salário igual, além do combate à violência contra mulher e à lesbofobia entre outras pautas.

- Criação imediata do Conselho da Mulher, da Secretaria das mulheres, e de uma delegacia para as Mulheres em São Lourenço do Sul, haja vista os muitos casos de diferentes tipos de violências sofridas por mulheres no campo e na cidade.

- Repudiamos a exclusão do ministério das mulheres, bem como todos os cortes que foram realizados com relação as políticas públicas para as mulheres.

- Repudiamos veemente o fundamentalismo religioso e o crescimento de sua bancada no Poder Legislativo nas esferas federal, estaduais e municipais. O fundamentalismo ganhou ainda mais espaço no Poder Executivo com a nomeação da nova equipe do Poder Executivo capitaneada pelo presidente interino golpista Michel Temer, de forma que a laicidade do Estado Brasileiro está ameaçada, o que vulnera ainda mais os direitos da população LGBT, mulheres, população negra e religiões de matriz africana e outras minorias.

- Repudiamos a falta de respeito com que são tratados os povos tradicionais e denunciemos a grave situação dos defensores dos direitos de indígenas, quilombolas e ribeirinhos que se encontram sob ameaça de morte ou agressão.

- Repudiamos todas as formas de opressão e violências com os/as jovens que expressam suas opiniões, e que se organizam e protestam contra políticas de governo que não atendem suas demandas e direitos básicos.

- Repudiamos a falta de representação feminina nos ministérios.

- Repudiamos o desmonte do Conselho Nacional Da Mulher (CNDM), que recebia título de ministério e lidava com questões de suma importância para as mulheres perante a sociedade que vivemos.

- Ressaltamos que os valores históricos machista e patriarcal estão impregnados em nossas raízes culturais e precisamos continuar denunciando toda e qualquer forma de opressão que as mulheres sobrem, discutindo igualdade de gênero, onde tenhamos voz e liberdade.

- Repudiamos qualquer forma de repressão e silenciamento de sujeitos, que desejam falar sobre Reforma Agrária.

- Em memória ao episódio do "Abril Vermelho/2016", em que a Câmara dos Vereadores de São Lourenço desautorizou a realização da I Jornada Pela Reforma Agrária na "casa do povo", repudiamos tal falta de diálogo e proibição de manifestação.

- Reconhecemos o protagonismo dos movimentos sociais, do campo e da cidade e com eles/as buscamos dialogar, em prol de uma sociedade mais justa, onde não há perda dos direitos humanos.

GT EDUCAÇÃO

A partir do debate construído no espaço do Grupo de Trabalho em Educação, o I Fórum em Defesa da Democracia de São Lourenço do Sul considera urgentes os seguintes itens:

- Execução do Plano Nacional de Educação, com destaque para Meta nº 20 que trata do financiamento para as ações educativas em todas as esferas;
- Transformar Programas da Área da Educação em Políticas Públicas afim de garantir a continuidade destes, como por exemplo o Programa Mais Educação, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), PIBID, Programa Nacional da Educação do Campo (PROCAMPO/PRONACAMPO), PET, Programa Brasil Alfabetizado (BRALF), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Pró-Funcionário, Rede ETEC Brasil, REUNI.
- Execução do Plano de Ações Articuladas afim de atender às necessidades voltadas para a educação do Município;
- Aplicação dos investimentos em nível estadual, tais como: cumprimento do piso e do plano de carreira, repasse da verba do transporte escolar e da autonomia financeira às escolas, não-parcelamento de salários, promoções e alterações de nível;
- Retirada do Projeto de Lei 44 que prevê a privatização das escolas públicas estaduais e de outros serviços públicos, o qual entrega a administração pública a organizações sociais;
- Retirada do Projeto de Lei 190 que inibe a formação plena do educando e a liberdade de expressão dos atores no processo de ensino e de aprendizagem;
- Valorização da capacitação dos professores da rede pública, em especial na esfera estadual;

- Garantia de Programas de Pós-Graduação gratuitos em nível profissionalizante e acadêmico;
- Estruturação, expansão e consolidação do Campus da FURG em São Lourenço do Sul;

GT MEIO AMBIENTE

O Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente, buscou centralizar o debate sobre dois projetos legislativos: o Projeto de Emenda Constitucional – PEC 65/2012 e Projeto de Lei do Senado – PLS 654/2015. Ambos os projetos, conduzidos pelo Congresso Nacional, marcam um momento de retrocessos sobre os avanços conquistados pela sociedade brasileira quanto à proteção de seu patrimônio ambiental e sociedade. Dessa forma, o I Fórum em Defesa da Democracia de São Lourenço do Sul considera que:

- A proteção ambiental não é um ato romântico, mas uma necessidade à sustentação da sociedade ao longo do tempo;
- O crescimento econômico nem sempre garante desenvolvimento e, portanto, não pode ser um processo desprovido de regulação controle do Estado;
- A flexibilização do licenciamento ambiental torna o país vulnerável ao mercado internacional, levando à perda dos recursos naturais, ao incremento da desigualdade social e da pobreza no país;
- A PEC 65 se mostra como um golpe a constitucionalidade do licenciamento ambiental. Em outras palavras, é uma constitucionalização da flexibilização do instrumento;
- A PEC 65 e a PLS 654 deslegitimam a atuação dos órgãos de fiscalização e controle das atividades potencialmente poluidoras;
- Ambos projetos normativos ferem o Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental;
- O financiamento empresarial de campanha leva a crise de representatividade política tornando o legislador lobista dos setores de infraestrutura, agronegócio e mineração interessados na fragilização da agenda ambiental;

- Com a aquiescência automática do órgão ambiental após o prazo de 60 dias não há mais controle do Estado sobre as atividades poluidoras. Além disso, esse período se mostra insuficiente para uma análise eficaz de empreendimentos de alta complexidade;
- O rol de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental especial listadas no texto da PLS 654, abrange praticamente todo o conjunto de empreendimentos potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, o que acarretaria na flexibilização do licenciamento para a absoluta maioria dos empreendimentos;
- O rito uno, da denominada licença ambiental integrada, compromete a identificação dos impactos ambientais e análise do cumprimento das condicionantes ao longo das etapas de planejamento, instalação e operação dos empreendimentos;
- A sustentação da norma nos princípios da celeridade, economicidade e eficiência, indica uma completa inobservância dos Princípios do Direito Ambiental Brasileiro. Além disso, constituem-se como fundamentos do mercado neoliberal, o que compromete a qualidade da análise dos danos ambientais ocasionados pelos empreendimentos;
- A substituição da Audiência Pública pelo Programa de Comunicação Ambiental rompe com a ampla participação e a incorporação de informações da sociedade civil nos estudos ambientais do empreendimento;
- Ambos projetos incrementam o racismo e a injustiça ambiental, de modo que empreendimentos que impactam a sociedade acabarão priorizando cada vez mais os espaços de comunidades em situação de vulnerabilidade;
- A PEC 65 e a PLS 654 se opõem às inúmeras convenções internacionais das quais o país é signatário, ferindo o Princípio da Cooperação entre Povos.

GT SAÚDE

A partir da discussão promovida no Grupo de Trabalho sobre Saúde, o I Fórum em Defesa da Democracia de São Lourenço do Sul considera de extrema importância os itens a seguir:

- Defesa do Sistema Único de Saúde Universal;
- Repúdio a idéia dos “Planos Populares de Saúde”;
- Contrapor o liberalismo econômico e o fascismo político;
- Garantir o Pré-Sal e a Petrobrás ao povo brasileiro, contra a especulação financeira internacional;
- Defesa da reforma psiquiátrica;
- Defesa integral do Programa Mais Médicos, assim como, a manutenção e ampliação de profissionais que colaboram para o melhor desempenho do SUS.
- Garantia do processo de formação continuada de trabalhadores do SUS;
- Realização de audiências públicas para a comunidade interessada no debate sobre o SUS;
- Defesa do modelo de ação preventiva em saúde.

Por fim, há que se ter claro, que o **Golpe** contra a democracia não se restringe à destituição de uma Presidenta legitimamente eleita, mas a um conjunto de retrocessos às diversas conquistas da democracia brasileira. Dessa forma, o **I Fórum em Defesa da Democracia repudia o atual governo interino e poder legislativo golpista**, que atentam contra a vontade da maioria, comprometendo diretamente a qualidade de vida do povo brasileiro.

São Lourenço do Sul, 09 de julho de 2016